

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR: REFLEXÕES FRENTE AO CONTEXTO ATUAL EDUCACIONAL

Niciane de Sousa Santos¹

Resumo

O presente trabalho realiza uma abordagem acerca da importância da inclusão na educação, buscando compreender a importância desta para a formação dos alunos em desenvolvimento. Debate-se a importância da interação que deverá existir, entre pais, professores e escola, apontando os obstáculos que interferem na inclusão dos alunos com deficiência visual, bem como sugere estratégias que podem beneficiar e auxiliar o processo de inclusão relacionando à prática docente nesse processo. Busca-se compreender a relevância do trabalho desenvolvido por docentes no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e sua representação e interferências possíveis refletidas na pessoa com deficiência visual. Tomam-se como base alguns conceitos de educação inclusiva e algumas legislações necessárias à escola e ao professor para que possam trabalhar de forma mais justa para a inclusão, o aprendizado e o desenvolvimento do aluno deficiente visual. Como aporte teórico utilizou-se de Mantoan. Conclui-se que nem sempre os professores e as escolas estão suficientemente abertos a inserir essas leis de fato. Muitos as utilizam apenas no sentido abstrato de forma ludibriosa em sua dinâmica de trabalho, mas é um cenário que vem mudando bastante, nos últimos anos, e que, cada vez mais, percebe-se a criação e efetivação de leis que incentivam e obrigam a educação inclusiva. As escolas e os professores, no geral, estão tomando conhecimento da importância de uma conduta de inclusão para a vida cotidiana da escola e para deficiente visual, buscando meios que possam atender as necessidades de cada educando.

Palavras-chave: Deficiência visual. Educação inclusiva. Professor.

Abstract: THE INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN REGULAR EDUCATION: REFLECTIONS FROM THE CURRENT EDUCATIONAL CONTEXT

The present work takes an approach about the importance of inclusion in education, seeking to understand the importance of this in the training of students and development. It discusses the importance of the interaction that should exist between teachers and school parents, pointing out the obstacles that interfere with the inclusion of students with visual impairment, as well as suggesting strategies that can benefit and

¹. Graduanda em Letras pela Universidade Regional do Cariri-URCA, Crato-Ce.

help the inclusion process relating to the teaching practice in this process . It seeks to understand the relevance of the work developed by teachers in the Specialized Educational Service and its representation and possible interference reflected in the person with visual impairment. They are based on some concepts of inclusive education and some legislation necessary for the school and the teacher so that they can work in a fairer way for the inclusion, the learning and the development of the visually impaired student. As theoretical contribution was used of Mantoan. It is concluded that teachers and schools are not always open enough to insert these laws in fact, many use them only in the abstract sense in a ludicrous way in their work dynamics, but it is a scenario that has been changing a lot in the last years and that we increasingly perceive the creation and enforcement of laws that encourage and enforce inclusive education. Schools and teachers are, in general, aware of the importance of inclusive behavior for daily school life and for the visually impaired, seeking means that can meet the needs of each learner.

Keywords: Visual impairment. Inclusive education. Teacher.

Resumen: LA INCLUSIÓN DE ALUMNOS CON DISCAPACIDAD EN LA ENSEÑANZA REGULAR: REFLEXIONES FRENTE AL CONTEXTO ACTUAL EDUCACIONAL.

El presente trabajo realiza un abordaje acerca de la importancia de la inclusión en la educación, buscando comprender la importancia de ésta para la formación de los alumnos y el desarrollo. Se discute la importancia de la interacción que deberá existir, entre padres profesores y escuela, apuntando a los obstáculos que interfieren en la inclusión de los alumnos con discapacidad visual, así como, sugiere estrategias que pueden beneficiar y auxiliar el proceso de inclusión relacionando a la práctica docente en ese proceso . Se busca comprender la relevancia del trabajo desarrollado por docentes en el Servicio Educativo Especializado y su representación e interferencias posibles reflejadas en la persona con discapacidad visual. Se toman como base algunos conceptos de educación inclusiva y algunas legislaciones necesarias a la escuela y al profesor para que puedan trabajar de forma más justa para la inclusión, el aprendizaje y el desarrollo del alumno deficiente visual. Como aporte teórico se utilizó de Mantoan. Se concluye que no siempre los profesores y las escuelas están suficientemente abiertos a insertar esas leyes de hecho, muchas las utilizan apenas en el sentido abstracto de forma ludibriosa en su dinámica de trabajo, pero es un escenario que viene cambiando bastante en los últimos años y que cada vez más percibimos la creación y efectividad de leyes que incentivan y obligan a la educación inclusiva. Las escuelas y los profesores, en general, están tomando conocimiento de la importancia de una conducta de inclusión para la vida cotidiana de la escuela y para deficiente visual, buscando medios que puedan atender las necesidades de cada educando.

Palabras-clave: Deficiencia visual. Educación inclusiva. Maestro.

1. INTRODUÇÃO

A análise crítica dos acontecimentos do mundo contemporâneo leva a acreditar que a grande maioria dos problemas existentes, tanto de ordem familiar, como de ordem cultural e social, é atribuída à ausência de uma boa formação educacional, por isso, considera-se a importância do conhecimento para um mundo mais digno e igualitário para todos. Durante muito tempo as pessoas com deficiência eram exterminadas, excluídas, e vistas como espíritos malignos. Existiu ainda durante muito tempo essa visão de deficiência como castigo, na antiguidade era comum punir pessoas deixando cegas ou sem algum membro do corpo. Compreendemos esse processo histórico marcado por lutas para efetivação de leis que encontramos no contexto atual.

A proposta principal deste trabalho é mostrar a importância da inclusão na educação, buscando compreender a importância desta na formação e desenvolvimento dos alunos deficientes visuais (DV), apontando a importância da interação entre pais, professores e escola, bem como mostrando as estratégias que podem beneficiar e auxiliar o processo de inclusão. Por último, analisando ainda a relevância do trabalho desenvolvido por docentes no Atendimento Educacional Especializado (AEE), para inclusão e socialização do aluno DV.

2. METODOLOGIA

A metodologia empregada baseia-se em um estudo bibliográfico, realizado em livros, artigos, dissertações, além de políticas públicas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Declaração de Salamanca e o Decreto nº 3.298/99, que tratam da integração do aluno com deficiência, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Segundo Gil (1996, p.48) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

A partir da leitura de teses e artigos sobre o tema, entre eles Bianchetti (2010), Mantoan (2016) e Mosqueira (2012), percebe-se a necessidade de discussão da temática para obtenção de informações tão importantes para o processo de inclusão dos alunos cegos, auxiliando e promovendo práticas inclusivas pedagógicas que atendam às necessidades específicas de cada educando.

Nesse contexto, objetiva-se discutir e refletir sobre a prática docente necessária de promoção do processo inclusivo de pessoas com deficiência visual e suas possibilidades de desenvolvimento, envolvendo a atuação no Atendimento Educacional Especializado e os recursos didáticos necessários para que esse aluno seja, de fato, incluso no dia a dia da sala de aula.

Aborda-se, inicialmente, sobre percurso histórico e político da pessoa com deficiência, seguindo de uma reflexão a respeito da escola frente ao processo de inclusão de alunos com deficiência e discutiremos, por último momento, a prática docente frente ao ensino regular e ao Atendimento Educacional Especializado.

3. PERCURSO HISTÓRICO E POLÍTICO: A DEFICIÊNCIA VISUAL EM FOCO

Conforme Domingues (2010), compreendemos a cegueira de duas formas: a Congênita e a Adventícia, sendo que, na primeira, identificamos algumas lesões, infecções ou doenças que podem danificar as funções do globo ocular, geralmente ocorrendo na fase inicial de vida do ser humano. Já a cegueira Adventícia é causada por doenças infecciosas, enfermidades sistêmicas e traumas oculares tanto na idade adulta como na velhice podem ocasionar a cegueira total de um indivíduo.

Do ponto de vista educacional, Barraga (1983) define como pessoas cegas aquelas que apresentam ausência total de visão, até perda da projeção de luz; e pessoas com baixa visão, as que apresentam desde condições de indicar projeção de luz até o grau em que a redução de acuidade interfere ou limita seu desempenho visual.

Há vários registros históricos que envolvem o processo de luta da pessoa com deficiência visual. Aqui, no Brasil, como afirma Santos (1995) apenas no século XIX, foi criado o Instituto Benjamin Constant (IBC), que gerou um grande salto no processo de inclusão de pessoas com deficiência visual. A pessoa com deficiência assim, enfrenta ao longo da sua trajetória, atitudes de exclusão, discriminação, sendo vistos como incapacidades e dependentes de suas famílias. Com o passar do tempo, observamos a formalização de políticas, que vieram através de lutas e, assim, começamos a perceber um novo cenário inclusivo.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada e assinada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, foi a primeira política de inclusão que serviu de base para as mais atuais, vejamos a seguir uma parte do que ela declara nos Art. 1º, 2º e 26º:

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. (Art.1º, item 1) [...] Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. (Art.2º, item 1) [...] Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito (Art.26º, item 1). (ONU, p2-26.2015)

Posteriormente em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), Lei nº 4.024/61, propõe que haja um atendimento especial para alunos com deficiência física ou mental e para aqueles com defasagem idade-série e para os superdotados. Dez anos depois da referida lei, o Ministério da Educação (MEC) cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), em 1973.

Na década de 1980, temos uma grande manifestação nas reformas educacionais, mas foi em 1994 que aconteceu a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, na cidade de Salamanca, onde foi criada a Declaração de

Salamanca, que visa uma educação inclusiva para todos, fornecendo diretrizes para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais promovendo a inclusão da pessoa com deficiência, isso é o que Santos (1995) explica.

Evidenciamos, nesse processo, grandes mudanças nas políticas nacionais. Em 2001 foi promulgada no Brasil a resolução nº 2 que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e ainda ao decreto nº 3.956, que promulgou a Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas com Deficiência (Convenção de Guatemala), seguida pela Lei nº 10.172/2001 do Plano Nacional de Educação, sobre subsídios para a Elaboração dos Planos Estaduais da Educação.

Para o deficiente visual uma grande vitória ocorreu com a portaria nº 2.678/02 que estimulou criação de diretrizes e normas para o uso, a produção e a difusão do sistema Braille (sistema de leitura em alto relevo com 63 caracteres) em todas as modalidades da educação e em todo o país. Temos, em 2004, o Decreto nº 5.296/04 que trata de normas e critérios a respeito da acessibilidade e, em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Educação Inclusiva, como se pode observar em Mantoan (2016)

A Lei Brasileira de Inclusão-LBI, criada mais recentemente, nº 13.146/15 de 2015, coloca em vigor, em julho deste ano, e declara entre outros pontos que o poder público deve assegurar a educação para pessoas com deficiência, reforça a constituição e evidencia que pessoa com deficiência tem direito, assegurando acesso e permanência, sua participação na aprendizagem e vida social. Assim, não apenas o direito à educação de qualidade, mas também de ser integrada a sociedade por meio de acesso a trabalho, lazer e saúde, entre outros.

Compreendemos que as leis presentes e efetivadas defendem o acesso, uma educação igualitária de qualidade para todos, promovendo acesso e permanência nos mais variados espaços, divulgando ações afirmativas que envolvam a inclusão, vislumbrando uma sociedade heterogênea, com suas mais variadas e ricas diferenças.

4. A ESCOLA FRENTE AO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

É certo que a escola ainda se depara com muitas problemáticas envolvendo o processo de inclusão da pessoa com deficiência visual, e demais deficiências, que vão desde a falta de acessibilidade, a falta de formação docente, sendo que, em casos mais graves, a não aceitação de matrícula nas escolas é considerada como crime de acordo com a Lei Federal nº 7853/89.

Compreendemos o espaço escolar enquanto um momento para aprendizagem, conhecimento, troca de experiências e vivências. Nesse espaço, torna-se necessário que a escola, gestores e professores busquem atender à demanda existente na escola, de alunos com ou sem deficiência.

Respeitar os limites e as particularidades de aprendizado de cada aluno deficiente é o primeiro de muitos passos para a inclusão. Torna-se necessário perceber que cada um tem suas potencialidades e elaborar métodos que as identifiquem e coloque-as em prática, para que possamos ter uma escola inclusiva. Uma educação de qualidade deve estar voltada para o princípio de igualdade e baseada nos direitos de todos os indivíduos. Assim, compreendemos a escola enquanto um espaço de agentes que devem mobilizar o todo para que possamos perceber ações afirmativas de inclusão, como afirma Lima (2005, p.3).

(...) a inclusão não é responsabilidade somente do regente da turma em que os alunos são inseridos. Na verdade, é o coletivo da escola que constitui uma rede real de suporte para os casos de inclusão. E, geralmente, só com a participação total ou parcial do coletivo de adultos, na escola, é que se podem efetivar as mudanças necessárias na apropriação e uso dos espaços, na organização do tempo, na formação de um contexto de desenvolvimento adequado para os alunos de inclusão.

As mais variadas necessidades compreendem as muitas formas de trabalho. O professor deverá buscar nesse processo formação e experiências inclusivas em outros espaços, para que possa levar para o contexto da sala de aula atividades que atendam às necessidades de todos, e não apenas de

uma parcela, atendendo e compreendendo a participação total, e não apenas parcial.

5. O PROFESSOR DO ENSINO REGULAR NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

Sabemos que o conhecimento é fundamental para um profissional de educação. Além desse conhecimento científico, a experiência torna-se fator preponderante no processo de inclusão, já que o mesmo gera conhecimento. É preciso rever práticas homogeneizadoras e antigas que insistem em subsistir em muitos espaços escolares.

O papel do professor mais que passar conteúdo é formar cidadãos pessoas capazes de refletir e discutir sobre vários assuntos, então para isso, faz-se necessário ter uma capacidade no mínimo de enxergar o outro como cidadão que faz parte e deve interagir igualmente na sociedade.

No processo de inclusão do contexto escolar, é preciso que o professor esteja disposto a compreender as diferenças presentes na sua sala de aula. Ações voltadas para o processo de formação docente tornam-se condição necessária para um bom desenvolvimento inclusivo. Não apenas o professor do AEE é responsável em atender às necessidades do educando com deficiência, incluindo a visual, mas todos os demais docentes, devendo, portanto, haver parceria entre estes.

A falta de conhecimento prévio, além da procura seletiva de informações, é o que impossibilita a inclusão escolar. Os professores regulares julgam não ser necessário tal conhecimento sobre casos de deficiência até precisarem dele e limitam-se ao seu caso específico, ou seja, se possuem um aluno DV, neste ano, buscam aprenderem sobre Braille e tudo o que envolve o mundo de um DV, procrastinando o conhecimento da inclusão no todo, o que ocasiona uma nova falta de conhecimento prévio no ano posterior caso se receba um aluno autista e não um DV.

Concordamos é claro que o professor já detém vários conhecimentos e não é obrigado a ser

especialista em todos os casos de deficiência para tal existem os profissionais de AEE, os interpretes e os cuidadores, porém o mínimo esperado é que atualizem a didática para todos tendo o mínimo de conhecimento prévio essencial. Sem isto, “É muito difícil avançar no sentido das escolas inclusivas se os professores em seu conjunto, e não apenas professores especialistas em educação especial, não adquirirem uma competência suficiente para ensinar todos os alunos” (MARCHESI, 2004, p. 44).

É preciso que os professores estejam norteadores por princípios éticos e igualitários no processo de formação de cada educando, refletindo sobre sua formação e preparo, promovendo de fato uma educação de qualidade para todos, proporcionando atividades desafiadoras, e situações favoráveis.

6. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: CONCRETIZANDO A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO ESCOLAR

De acordo com as diretrizes políticas do Ministério da Educação o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço fornecido pelo governo, para o auxílio educacional aos alunos com deficiência física, sensorial ou intelectual, pois todo e qualquer aluno que estiver nas condições citadas acima tem o direito de receber este serviço e ter esse profissional a sua disposição. Assim, temos como público da educação especial, alunos com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação.

O profissional do AEE irá desenvolver um trabalho de elaborar situações de aprendizagem, crescimento e autonomia. Por exemplo, no caso de uma pessoa com deficiência visual, o docente irá auxiliar na aprendizagem expansão de competências de autonomia de vida diária, na locomoção no ambiente escolar, aprendizagem do sistema de leitura e escrita em Braille, produção de materiais pedagógicos adaptados, transcrição de texto em Braille, a elaboração de objetos de formas tamanhos e texturas que aproximem a identificação do aluno cego, como acessar e utilizar os sistemas de

softwares que estiver à disposição dos alunos entre outras atividades que podem surgir de acordo com a necessidade de cada aluno. O planejamento deve ser diferente para cada aluno, pois cada um terá uma necessidade diferente assim como pode se desenvolver mais através de um método e não de outro.

O profissional atuante no AEE deve estar atento ao seu trabalho, pois às vezes acontece uma confusão em relação ao papel que deve ser desenvolvido, confundindo-se com reforço escolar, no ensino de conteúdos relacionados às disciplinas presentes no currículo, como história, geografia, matemática, entre outras.

O Decreto nº6.571, datado de 2008, e o Art. 3º, inciso 1 deste mesmo artigo, tratam dos recursos das salas para esse atendimento, assim, “As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado”.

O local de trabalho desse profissional pode ser tanto na escola comum, como nos Centros de Atendimento Pedagógicos para Deficientes Visuais ou ainda nos Núcleos de Apoio Pedagógico (NAPS). Esse atendimento deve ser realizado no contraturno, pois não deve interferir nas atividades na sala de aula do ensino regular, em substituição da aula, mas um plano de desenvolvimento de habilidades, de organização e de elaboração de estruturas e formas que eliminem as barreiras enfrentadas pelo aluno cego.

É de suma importância que o profissional que pense em atuar e desenvolver o papel do AEE tenha recebido um ensino voltado para área de atendimento, para que desenvolva os conhecimentos sobre os recursos multifuncionais e multimídias, como utilização de modernos sistemas de softwares existentes voltados para esse atendimento, assim como o uso do sistema de leitura e escrita em Braille e a produção dos materiais didáticos e outras temáticas que visam facilitar a inclusão do aluno com deficiência visual.

Para que aconteça essa produção de recursos adaptados às pessoas com deficiência visual, o profissional irá utilizar a reglete, punção e prancha, ou máquina de escrever em Braille, ou em casos de produção de materiais mais extensos, operacionalizar uma impressora em Braille. Ainda poderá desenvolver um trabalho com utilização de recursos em áudio, com sistemas de softwares como o Dosvox, projeto desenvolvido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro que é capaz de transmitir edição de texto, impressões, acessa a jogos e atividades que auxiliam no desenvolvimento da pessoa com deficiência visual. Nesse processo é importante além de todos os recursos mencionados, a utilização de aulas de orientação e mobilidade, auxiliando em atividades de vida diária do aluno.

importante para a inclusão na escola. Necessidades precisam ser atendidas e preconceitos quebrados, além da preparação docente para enfrentar as diversidades que irá encontrar no contexto escolar. Compreendemos esses fatores preponderantes para que a inclusão de fato seja efetivada.

7. CONCLUSÃO

Como vimos ao longo deste trabalho o que não nos falta são políticas para efetivar práticas inclusivas. Percebemos como é importante o papel da escola, que deve envolver a busca por adequações ao novo sistema educacional, requerendo mudanças práticas e pedagógicas de inclusão no contexto educacional. Aos professores de ensino regular, compreendemos a necessidade de qualificação, formação, visualizando a aprendizagem e modificações de práticas de exclusão, efetivando em suas ações diárias o processo de inclusão dos alunos com as mais variadas deficiências.

Compreendemos que nesse processo inclusivo, o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é de suma importância, pois irá trabalhar na adaptação de materiais pedagógicos que visam a autonomia e a acessibilidade de alunos com deficiência, incluindo a visual, buscando mudanças nesse processo juntamente com o professor da sala comum.

Nesse contexto de transformação na prática educacional, torna-se necessário um trabalho em conjunto, de vários profissionais que possam atender de forma efetiva e com qualidade a pessoa com deficiência. No caso da deficiência visual, a preparação e adaptação dos materiais torna-se fator

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRAGA, Natalie. **Programa para desenvolver a deficiência visual**. Trad. Fundação para o livro do cego no Brasil. SP, Once, 1983.

BIANCHETTI, Lucio; FREIRE, Ida Mara (orgs). **Um Olhar Sobre a Diferença**: interação, trabalho e cidadania. 11 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2012, 2012. Disponível em:<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencao_pessoas_com_deficiencia.pdf>. Acesso em 21 fev. 2017.

Declaração universal dos direitos humanos, 2014. Disponível em:<<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em 10 mar.2017.

Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, 2008. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm>. Acesso em 10 mar.2017.

DOMINGUES, Celma dos Anjos. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira. 3º ed. Fortaleza, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial: Universidade Federal do Ceará, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, 2015. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 09 abr. 2017.

LIMA, Elvira Souza. **Diversidade e aprendizagem**. São Paulo: Sobradinho, 2005.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér, (org). **O Desafio das Diferenças na Escola**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MARCHESI, Álvaro. Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro;

PALACIOS, Jesús; (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação**. Trad. Fátima Murad, Porto Alegre: Artmed, 2004.

MESQUITA, T. C. **Manual de elaboração e apresentação de trabalhos científicos**. 3 ed. Sobral (CE): Edições Universitárias, 2011.

MOSQUEIRA, Carlos Fernando França. **Deficiente visual na escola inclusiva**. Livro Eletrônico. Curitiba, PR: Intersaberes, 2012.

SANTOS, Mônica Pereira. Perspectivas históricas do movimento integracionista na Europa. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 3 ed. Piracicaba, SP: UNIMEP, 1995.